

## **PRODUÇÃO DE MEMÓRIA DO REI D. JOÃO I DA DINASTIA DE AVIS NA PERSPECTIVA DE FERNÃO LOPES**

Amanda Lopes Blanco<sup>1</sup>

### **Resumo**

O presente trabalho tem por objetivo apresentar a memória do primeiro Rei da Dinastia de Portugal, D. João I. A dinastia de Avis ascendeu ao trono português, rompendo com o modelo tradicional medieval, visto que o Mestre de Avis e futuro Rei, era um bastardo, filho do Rei Pedro I e de Teresa Lourenço. A Revolução de Avis marcou o início de uma nova era em Portugal, assim, os membros dessa dinastia contrataram cronista para produzir memórias positivas sobre essa nova realeza em Portugal. Um dos cronistas mais famosos que trabalhou para a dinastia foi Fernão Lopes, este recebeu a função de representar as virtudes de D. João I. Dessa forma, tem início o artigo, assim, o trabalho está dividido em: a revolução de Avis, relação entre indivíduo e sociedade, Fernão Lopes, análise da crônica e as considerações finais.

O tópico da Revolução de Avis apresenta a ascensão da nova dinastia ao reino em Portugal e a análise de autores sobre a ruptura em Portugal que gerou a Revolução. O tópico sobre a relação entre indivíduo e sociedade apresenta a teoria do artigo, esta é fundamentada na visão de Norbert Elias, baseado na questão de interdependência entre indivíduo e sociedade, dessa forma, fica mais fácil compreender as decisões do Rei D. João I na crônica e o discurso do cronista Fernão Lopes. Em seguida, é apresentado a vida e o contexto social de Fernão Lopes, depois a análise da crônica reproduz as virtudes do Rei D. João I e por último, as considerações finais do artigo, que relaciona a memória produzida pelo cronista com o seu contexto social.

---

1 Mestranda pelo Programa de Pós – Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

**Palavras-chave:** Memória, representação, dinastia de Avis, Fernão Lopes, crônica.

## **A Revolução de Avis**

A Revolução de Avis serviu de campo para inúmeras análises historiográficas, muitos estudiosos pesquisavam quais transformações concretas foram, de fato, oriundas da Revolução, muitos autores destacam a atuação de D. João I como um dos principais protagonistas para a Revolução de Avis, mesmo que sua coroação fosse considerada ilegítima por muitos fidalgos, pois era filho bastardo do Rei D. Pedro I, apesar disso, não há de negar que D. João inaugurou uma nova era em Portugal. Para entender tudo isso, é preciso analisar o contexto que provocou a ascensão da nova dinastia em Portugal.

D. João I que viveu de 1357 até 1433, era filho bastardo do Rei D. Pedro I, da dinastia de Borgonha, e foi aclamado pela maioria para ser Rei de Portugal, iniciando assim, uma nova dinastia em Portugal. Os pesquisadores comprovam que várias questões favoreceram à subida do Mestre de Avis ao trono português como, o medo da ameaça estrangeira do Rei D. João de Castela, casado com D. Beatriz, filha do Rei D. Fernando I e D. Leonor e a antipatia do povo português para com a viúva D. Leonor, casada com o Rei D. Fernando I, irmão do Mestre de Avis.

Com a nomeação do Mestre de Avis como “Regedor e Defensor do Reino” pelo povo de Lisboa, contra todos os tratados e à rebelia de todo o direito, os reis aclamados anteriormente são abolidos e a regência de D. Leonor também. Entra-se num interregno. Ou seja, num período em que não há rei nem autoridade governativa que actue em seu nome. O que, num país dotado de história, só pode acontecer por duas causas: ou por grande cataclismo, independente da vontade dos homens; ou por revolução, que os homens provocaram. Foi a segunda alternativa que se verificou em Portugal. De modo que, digamo-lo entre parênteses, não enxergamos fundamento para discriminar, neste caso, revolução de interregno. Ou de crise<sup>2</sup>

---

2 SOUSA, Armindo de. *História de Portugal – A Monarquia Feudal (1096-1480)*. Segundo Volume. MATTOSO, José (org.). Editorial Estampa. S/d, p. 495.

Não foi fácil para D. João I subir ao trono, visto que o Rei de Castela, lutou para garantir o reinado de Portugal, esta situação gerou consequências favoráveis para o filho bastardo de D. Pedro I, como por exemplo, os fidalgos de Portugal que, por sua vez, apoiariam o Mestre de Avis, visto que a ameaça estrangeira tornava-se um perigo real que poderia trazer consequências negativas para os nobres portugueses.

Conforme já se insinuou, D. João I subiu ao trono por eleição, após um interregno complicado, eleição feita nas Cortes de Coimbra de 1385. Era um entre diversos candidatos juridicamente mais sólidos: D. Beatriz, filha única legítima do rei D. Fernando, e D. João ou D. Dinis, filhos do rei D. Pedro e de D. Inês de Castro, dos quais não se sabia ao certo se eram legítimos ou não. As cortes de que estavam ausentes os partidários de D. Beatriz, segunda; e outro, pelos nobres de primeira e provavelmente pela maioria dos prelados. Aquele votava em D. João I, Mestre de Avis, “Governador e Regedor do Reino” desde a expulsão de D. Leonor; este votava no outro D. João, meio-irmão do anterior, considerado por muitos como infante legitimado por casamento clandestino. O segundo bloco apontava ainda como candidato preferível ao Mestre de Avis o outro filho de D. Pedro e D. Inês, o infante D. Dinis. O jurista João das Regras, orador oficial das cortes claramente filiado no primeiro bloco, encarregou-se de provar, em longos discursos, a inelegibilidade dos adversários do Mestre ou, pelo menos, falibilidade e inconsistência dos motivos fundadores das suas preferências. Esses discursos, apoiados ademais em inquérito parlamentar sobre a veracidade ou não do casamento de Pedro com Inês – que terá concluído rigorosamente na impossibilidade de concluir – foram decisivos para aquietar escrúpulos legitimistas, mas não tiveram força para vencer os adeptos dos infantes Castros. E as cortes foram-se arrastando na indecisão. Finalmente, quase 30 dias após o início dos trabalhos, o Parlamento, por unanimidade, elegeu o Mestre de Avis. Foi uma unanimidade conseguida mais pelas ameaças de violência do fogoso condestável D. Nuno Álvares Pereira do que pelas razões do jurista João das Regras. De qualquer modo, uma unanimidade; forma útil. Útil, porque de extrema conveniência para efeitos de diplomacia internacional, na cúria do papa designadamente. Mas, porque forçada, interinamente questionável. Como questionável foi todo o processo, a começar pela legitimidade da convocatória das cortes. Por isso, muitos anos volvidos, em 1398, ainda havia quem defendesse as pretensões ao trono português do infante D. Dinis, falecido que era o seu irmão D.

João.<sup>3</sup>

O Rei de Castela invadiu Portugal duas vezes, com a tentativa de tomar para si o trono, D João o venceu na batalha de Aljubarrota, onde o Rei de Castela acabou fugindo e o exército castelhano sofre uma grande derrota. Após a guerra, é assinado um tratado de paz, em que o Mestre de Avis é reconhecido como Rei de Portugal. Joel Serrão<sup>4</sup> também destaca como um contexto primordial para a Revolução de Avis, a crise demográfica que Portugal vivia gerada pela peste negra, que acabou gerando uma predisposição de todos, inclusive, a arraia-miúda, para apoiar o Mestre. Já Antonio Sérgio, seguindo uma linha marxista, considera a Revolução de Avis como uma revolta da burguesia em Lisboa, que para favorecer aos seus interesses, escolheram o filho bastardo de D. Pedro I.

Nesta crise, a fidalguia decide-se, na maioria, pelo castelhano, ao passo que a burguesia comercial-marítima toma o caminho da revolução. Seu chefe em Lisboa era Álvaro Pais, homem maduro, secundado por um moço de 26 anos, Nuno Álvares Pereira, que unia a fé exaltada do místico a uma cauta, artilosa inteligência de estratega. Álvaro Pais era padasto do habilíssimo legista João das Regras, um dos partidários mais úteis da causa revolucionária. Para chefe foi escolhido o Mestre de Avis. Este, retrocedendo imediatamente depois da partida para o Alentejo, cuja defesa lhe confiara a rainha, entra no palácio e mata o Andeiro. Expede-se um pajem a gritar pelas ruas que acudissem todos ao mestre de Avis, que o queriam assassinar; então Álvaro Pais, com quem tudo se combinara, chega à frente da turbamulta; e o mestre aparece a uma janela, sendo vitoriado pela multidão. A rainha, diante disto, vê-se compelida a fugir para Alenquer, acompanhada da maior parte da nobreza de Portugal, (...).<sup>5</sup>

Como apresentado anteriormente, todo o contexto estava favorável ao Mestre de Avis, uma burguesia e uma fidalguia que estavam receosos com a ameaça

---

3 SOUSA, Armindo de. *História de Portugal – A Monarquia Feudal (1096-1480)*. Segundo Volume. MATTOSO, José (org.). Editorial Estampa. S/d, pp. 496 e 497.

4 SERRÃO, Joel. *O Carácter Social da Revolução de 1383*. Livros Horizonte, Lda. 1976, p. 144.

5 SÉRGIO, Antonio. *Breve Interpretação da História de Portugal*. Livraria Sá da Costa Editora. Lisboa, 1978, p. 27.

estrangeira, um sentimento nacionalista<sup>6</sup> que se apropriou da sociedade, inclusive das classes populares, todos estavam desejando independência, a crise demográfica que ameaçou Portugal que gerou uma instabilidade social. Todas essas questões fizeram parte do contexto social português no período pré – revolução. Com a Revolução de Avis, houve o início da dinastia de Avis, dinastia conhecida por suas transformações significativas em Portugal, com consequências além-mar, inclusive a descoberta do Brasil.

### **Relação entre Indivíduo e Sociedade**

Ao produzir a memória de uma dinastia, é importante levar em consideração a influência individual e coletiva do objeto de estudo, que nesse caso, é o Rei D. João I, assim, como também a do cronista da obra, Fernão Lopes. Baseado nisso, é enfatizado a importância da relação entre indivíduo e sociedade como teoria desse trabalho, com isso, o artigo fundamenta-se no estudo da crônica *A Crônica de El-Rei D. João I* escrito por Fernão Lopes. A preservação da memória do Rei e seus feitos notáveis são os fatores mais importantes nas narrativas das crônicas medievais, dessa forma, a questão do indivíduo sempre esteve presente na literatura medieval, os cronistas possuem o hábito de narrar os feitos de personagens nobres de uma sociedade. Inspirado nisso, será abordado a relação indivíduo e sociedade, na perspectiva de Norbert Elias, que se dá de forma interligada.

A relação entre indivíduo e sociedade; de forma interdependente, ou seja, ambos com igual importância na construção dos relacionamentos e relação de causa e efeito de forma proporcional; encontra-se na teoria de Norbert Elias. “Toda sociedade humana consiste em indivíduos distintos e todo indivíduo humano só se humaniza ao aprender a agir, falar e sentir no convívio com os outros”.<sup>7</sup> Norbert Elias observando o comportamento das pessoas, constatou que os seres humanos entendem conceitos como “individual” e “social” como lado opostos que se sobrepõem, essa questão está ligada a problemas de autoconsciência, visto que as pessoas tendem a pensar esses dois conceitos de forma separada. O autor critica o discurso de indivíduo x sociedade, visto que pensando dessa forma, um acaba

---

6 SERRÃO, Joel. *O Carácter Social da Revolução de 1383*. Livros Horizonte, Lda. 1976, p. 144.

7 ELIAS, Norbert. *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994, p. 67.

excluindo o outro e desmerecendo o grau de importância de cada um, para Norbert Elias, os dois conceitos são possíveis de aglutinação.

As pessoas só podem conviver harmoniosamente como sociedades quando suas necessidades e metas socialmente formadas, na condição de indivíduos, conseguem chegar a um alto nível de realização; e o alto nível de realização individual só pode ser atingido quando a estrutura social formada e mantida pelas ações dos próprios indivíduos é construída de maneira a não levar constantemente a tensões destrutivas nos grupos e nos indivíduos.<sup>8</sup>

O autor, em seu livro *A Sociedade dos indivíduos*, procura uma harmonização entre as necessidades individuais e as exigências sociais, para ele as duas coisas só se tornam possíveis se estiverem juntas, visto que existe reciprocidade entre ambos, não existe indivíduo e sociedade em si mesmos, "(...) só pode haver uma vida comunitária mais livre de perturbações e tensões se todos os indivíduos dentro dela gozarem de satisfação suficiente; e só pode haver uma existência individual mais satisfatória se a estrutura social pertinente for mais livre de tensão, perturbação e conflito"<sup>9</sup>.

A relação entre sociedade e indivíduo é baseada, segundo Norbert Elias, na relação de interdependência, nesse caso, a sociedade influencia e é influenciada pelo indivíduo e vice-versa. Cada indivíduo traz a marca de uma sociedade específica e a sua historicidade.

Nenhuma pessoa isolada, por maior que seja sua estatura, poderosa sua vontade, penetrante sua inteligência, consegue transgredir as leis autônomas da rede humana da qual provêm seus atos e para qual eles são dirigidos. Nenhuma personalidade, por forte que seja, pode, como o senhor de um império feudal puramente agrário - para dar um exemplo ao acaso-,deter mais do que temporariamente as tendências centrífugas cuja força correspondente às dimensões do território. Ela não pode transformar sua sociedade, de um só

---

8 Ibidem, pp. 122 e 123.

9 Ibidem, p. 17.

golpe, numa sociedade absolutista ou industrial. (...). Está presa às leis das tensões entre vassalos e os senhores feudais, de um lado, e entre os senhores feudais rivais e o governante central, de outro.<sup>10</sup>

Sobre a interdependência, o autor inicia tal estudo em seu livro *O Processo Civilizador*, volumes I e II. Para Norbert Elias, a relação entre indivíduo e sociedade tem íntima ligação com o processo civilizador da sociedade. O objetivo do autor, no livro não é encontrar a origem desse processo e sim estudar o período de transição da Idade Média para a Idade Moderna. Visto que a sociedade está sempre passando por uma mudança estrutural e dessa forma, os indivíduos mudam conforme as transformações sociais, demonstrando, assim, a sua teoria da interdependência. Norbert Elias<sup>11</sup> estudou o costume de uma sociedade e as ditas “boas maneiras” e como o comportamento foi mudando conforme as alterações da constituição de uma sociedade. O desenvolvimento das normas de conduta não é uma atitude natural do homem.

(...), Elias está mostrando algo que sempre lhe foi muito caro, enquanto teoria: o desenvolvimento dos modos de conduta, a “civilização dos costumes” (...), prova que não existe atitude natural no homem. Acostumamo-nos a imaginar que tal ou qual forma de trato é melhor porque melhor expressa a natureza humana – nada disso, diz Elias, na verdade o que houve foi um condicionamento (por este lado, ele é levemente behaviorista) e um adestramento (por aqui, ele remete a Nietzsche e a Freud).<sup>12</sup>

Dessa forma, torna-se mais clara a identificação dos mecanismos utilizados por D. João I para “domesticar” a nobreza, através da representação apresentada

---

10 Ibidem, p. 48.

11 A crítica de autores à Norbert Elias diz respeito a sua visão de progresso da sociedade. O autor apresenta uma ideia de avanço de civilização, alterando assim, os seus hábitos e costumes, em cima disso, Renato Janine Ribeiro escreve na apresentação do volume II do livro *O Processo Civilizador*, “(...)”, como pode Elias afirmar um sentido na história do homem e ao mesmo tempo negar que exista uma natureza humana já dada?”. O próprio Renato responde dizendo que para Norbert Elias, o sentido não é propriamente dado e sim inevitável e necessário para a humanidade.

12 ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador, volume 1: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro:Zahar, 2011, pp. 9 e 10.

por Fernão Lopes. E as classificações sociais utilizadas para o adestramento e para o condicionamento da sociedade.

As funções sociais cuja renda se elevava com essas novas oportunidades passaram a desfrutar de vantagens. Incluíam elas certos setores da burguesia, mas, acima de tudo, o rei, o senhor central. Isto porque a máquina de coleta de impostos lhe conferia uma parcela da riqueza crescente; para ele se encaminhava parte de todos os lucros obtidos nessa área, e sua renda, em consequência, crescia em grau extraordinário com a circulação cada vez maior da moeda.

Como sempre acontece, esse mecanismo funcional só foi explorado aos poucos e, por assim dizer, retrospectiva e conscientemente pelas partes interessadas, sendo adotado em um estágio relativamente posterior pelos governantes como princípio de política interna. Teve como primeiro resultado um aumento mais ou menos automático e constante da renda do suserano.<sup>13</sup>

Esses mecanismos são aceitos pela sociedade, pois já estão estruturados. Lembrando que para Norbert Elias, a estrutura social e a estrutura psíquica estão inter-relacionadas e que a análise do comportamento individual só é possível através do entendimento da estrutura social.

Em toda parte, o que vemos são os agentes individuais e seus atos, e o que se descreve são suas fraquezas e talentos pessoais. Não há dúvida de que é frutífero e mesmo indispensável estudar a história dessa maneira, como um mosaico de ações individuais de pessoas isoladas.

Não obstante, é evidente que alguma coisa mais acontece nesse contexto, além da emergência fortuita de uma série de grandes príncipes e da ocasional vitória de numerosos territoriais ou de rei sobre estados, mais ou menos pela mesma época. Não é sem motivo que falamos em uma era de absolutismo. O que encontra expressão nessa mudança na

---

13 ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador, volume 1: Formação do estado e civilização*. Rio de Janeiro:Zahar, 1993, p. 20.

forma de dominação política é uma mudança estrutural, como um todo, na sociedade ocidental. Não apenas reis isolados expandem seu poder, mas, claramente, as instituições sociais da monarquia ou do principado adquirem nova importância no curso de uma transformação gradual de toda a sociedade, uma importância que simultaneamente confere novas oportunidades de poder aos maiores príncipes.<sup>14</sup>

Baseado nisso, o conceito de *habitus*, para Norbert Elias, é o saber incorporado à vida em sociedade, ele pensa em *habitus* através de indivíduos interligados. Quanto mais complexa a sociedade, mais diferenciado se torna o *habitus*. Jurandir Malerba define o conceito de *habitus* de Norbert Elias:

O conceito de *habitus* não se apresenta explicitamente definido como em Bourdieu, mas se constrói a partir de sua teoria do processo civilizador. A civilização é um devir no qual um conjunto de interações forma um sistema não-planejado e se estrutura progressivamente: as relações entre unidades ou grupos sociais são, na realidade, as relações de força que ligam, opõem e, dessa forma, inscrevem os indivíduos em estruturas hierarquizadas, que presumem “campos de forças”, “de tensão”, “de equilíbrio”, “de competição”. Nesse sentido, a configuração de Elias é muito próxima do campo de Bourdieu, o qual traduz a ideia de um espaço estruturado de posições, no qual se desenvolvem as relações de luta.<sup>15</sup>

Ainda na relação entre indivíduo e sociedade também é considerado no artigo, a ideia de relações e funções. As relações dos indivíduos entre si e no social como um todo e suas funções. Certas funções costumam ter um peso social maior que outras e nesse caso, quem tem a função com um peso social menor estará ligado ao outro de peso maior, através da interdependência, todavia, todas as funções, por menor que sejam consideradas socialmente, deixam espaços para decisões individuais.

---

14 Ibidem, p. 16.

15 MALERBA, Jurandir; CARDOSO, Ciro Flamarion. (Orgs.). *Representações: Contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas: SP, Papirus, 2000, p. 216.

A pessoa, individualmente considerada, está sempre ligada a outras de um modo muito específico através da interdependência. Mas, em diferentes sociedades e em diferentes fases e posições numa mesma sociedade, a margem individual de decisão difere em tipo e tamanho. E aquilo a que chamamos “poder” não passa, na verdade, de uma expressão um tanto rígida e indiferenciada para designar a extensão especial da margem individual de ação associada a certas posições sociais, expressão designativa de uma oportunidade social particularmente ampla de influenciar a auto-regulação e o destino de outras pessoas.<sup>16</sup>

Dessa forma, as atitudes do Rei D. João I são influenciadas pelo próprio Rei e pela sociedade a sua volta, através da relação de interdependência entre os dois conceitos citados anteriormente. Assim, como a relação do cronista Fernão Lopes com a sociedade de sua época influenciaram no seu modo de escrever a crônica e registrar a memória de D. João I.

### **Fernão Lopes**

Fernão Lopes foi o cronista que narrou a vida e o reinado de D. João I, o primeiro Rei da dinastia de Avis. Não existem dados conclusivos que comprovem o período de nascimento do cronista, acredita-se que ele nasceu em Lisboa, entre 1380/1390, homem de origem humilde, pois sua família era de procedência popular. Em 1419, torna-se escrivão do Rei D. João I, assim, Fernão Lopes passa a ter a função de escrever sobre as atitudes dos Reis de Portugal e, em 1434, foi promovido ao cargo de Cronista-mor do Rei, por D. Duarte, filho do Rei D. João I, cargo muito importante e significativo que permitiu que Fernão Lopes tivesse contato com a aristocracia portuguesa da época. Dessa forma, o cronista ficou com a responsabilidade de preservar os arquivos da realeza. Devido a sua idade avançada, foi substituído na função de escritor por Gomes Eannes de Zurara, vindo a falecer

---

16 ELIAS, Norbert. *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994, p. 50.

por volta de 1460.<sup>17</sup>

Muitas de suas obras se perderam, restando apenas três crônicas: a *Crônica de D. Pedro*, escrita por volta de 1434, a *Crônica de D. Fernando*, escrita entre 1436 e 1443 e a *Crônica do Rei D. João I*, escrita em 1443. Fernão Lopes foi tão importante na história de Portugal que foi denominado por muitos estudiosos, como cronista-historiador, visto que o mesmo utilizava uma metodologia em sua escrita, tendo por objetivo a chegar à “verdade nua”. Essa metodologia foi verificada no primeiro capítulo da crônica estudada na pesquisa, *Crônica do Rei D. João I*, onde o autor inicia afirmando que sua escrita condiz com a questão da “verdade nua”. Essa metodologia abordada pelo cronista foi objeto de estudos, visto que o mesmo inovou a escrita da época.

“(...) pretensão de dizer a verdade nas histórias que se apresentam como recuperação e reconstituição do passado é lugar - comum no discurso dos cronistas e é questão das mais abordadas na escrita crítica sobre esses textos”.<sup>18</sup> Nessa passagem, Teresa Amado enfatiza a liberdade que Fernão Lopes possuía para organizar os textos, a autora chama o cronista de pretensioso e que esse fator foi alvo de estudos críticos sobre Fernão Lopes. Mesmo com as críticas de estudiosos posteriores a ele, é inegável que o cronista possuía liberdade na escrita de suas narrativas, ocasionando uma ruptura com os textos tradicionais de sua época.

Fernão Lopes alcançou prestígio como autor, além disso, é importante relatar que sua história não é regionalizada, conforme será observado posteriormente, na análise da crônica de D. João I, assim, o autor narrou vários feitos dos fidalgos e do Rei de Castela, dessa forma, ele não se limitou a Portugal, suas crônicas “(...) são atípicas tanto pela novidade que exibem face à evolução que as precede como pelo talento e pela inteligência e a sutileza da compreensão que não se reproduziram nos cronistas que se lhe seguiram (...)”<sup>19</sup>

---

17 Os dados biográficos de Fernão Lopes não chegam a um consenso, porém encontram-se escritas significativas sobre o mesmo em A. H. de Oliveira Marques. *Fernão Lopes*. In. SERRÃO, Joel. *Dicionário da História de Portugal*. Porto: Livaria Figueirinhas, 1971. SARAIVA, Antonio José. *O Crepúsculo da Idade Média em Portugal*. Lisboa: Gradiva, 1998.

18 AMADO, Teresa. *Os pensamentos do cronista Fernão Lopes*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2007, p. 137.

19 Ibidem, p. 136.

Luiz Costa Lima aborda que toda essa liberdade na escrita do cronista tem ligação direta com o contexto vivido pelo mesmo, visto que a dinastia de Avis também inovou a história de Portugal, através do rompimento da linhagem tradicional real portuguesa.<sup>20</sup> Dessa forma, Fernão Lopes inovou e rompeu com alguns tradicionalismos na escrita, um dos exemplos mais importantes dessa ruptura é o interesse do cronista em narrar sobre a arraia-miúda, esse fator também tem relação com a origem camponesa de Fernão Lopes.

Enfim, Fernão Lopes inovou como escritor, utilizando da liberdade na escrita para descrever os acontecimentos, porém, ao ler as suas crônicas, é possível observar que o cronista ainda obedecia a muitas tradições da escrita, como por exemplo, a ênfase nos grandes feitos e nos grandes homens, mesmo esses não sendo protagonistas, o tempo todo em sua obra e, a influência da Igreja na sociedade, principalmente sobre a arraia-miúda que mesmo participando da batalha, eram extremamente obedientes aos princípios cristãos. Apesar destes tradicionalismos, Fernão Lopes foi considerado um inovador para a sua época.

Conforme apresentado anteriormente, na teoria sobre Norbert Elias, o indivíduo traz a marca de uma sociedade específica e a sua historicidade, além disso, a análise do comportamento individual só é possível através do entendimento da estrutura social, dessa forma, Fernão Lopes inovou ao escrever, devido a nova estrutura proporcionada pela ascensão de uma nova dinastia em Portugal.

### **Análise da Crônica**

No capítulo I da crônica, Fernão Lopes apresenta a sua metodologia e declara que escreve sobre a “verdade”. O cronista afirma que escreveu a verdade sobre D. João I, enfatizando, assim, uma justificativa *a priori* das atitudes do Rei que seriam narradas posteriormente na fonte, nesse caso, a “verdade” afirmada pelo cronista é usada como algo positivo em favor das ações do Mestre de Avis, visto que está sempre associada ao raciocínio cristão.

---

20 LIMA, Luiz Costa. *Sociedade e Discurso ficcional*. Rio de Janeiro: Guanabara. 1986, pp. 21-34.

Nós certamente levando outro modo, posta a departe toda a affeição, que por azo das ditas razões haver podíamos, nosso desejo foi em esta obra escrever verdade, sem outra mistura, leixando nos bons aquecimentos todo fingido louvor, e mormente mostrar ao povo, quaesquer contrarias causas da guísa que avierem. E se o Senhor Deos a nós outrogasse o que a alguns escrevendo não negou, convem a saber: em suas obras clara certidão da verdade, sem duvida não somente mentir do que sabemos, mas ainda errando falso não queiramos dizer, como assi seja, que outra cousa não é de errar, salvo cuidar que é verdade aquello que é salvo, e nós enganados por ignorancia de velhas escripturas e desvairados authores, bem podiamos ditando errar; porém que escrevendo homem do que não é certo, ou contar mais curto que foi, ou falar a mais largo do que devemos, mentirá, e este costume é muito afastado de nossa vontade.<sup>21</sup>

Na verdade, essa justificativa do cronista no primeiro capítulo diz respeito aos capítulos subsequentes, onde D. João I, ainda com o título de Mestre de Avis, mata o Conde João Fernandes, amante da Rainha Leonor, sua cunhada, viúva de seu irmão, o Rei D. Fernando I. E para que a representação do governante que inaugurou a dinastia de Avis fosse positiva, Fernão Lopes já inicia com um peso argumentativo, declarando que toda a crônica é verdadeira, pois do ponto de vista do cronista, não seria bom iniciar a representação do Mestre de Avis como um assassino, visto que diante da fidalguia e do clero português, ele era considerado um bastardo. Era o momento de inauguração de uma nova dinastia, por isso, foram utilizados tais argumentos para enaltecer o novo Rei de Portugal.

O Mestre, que mais tinha em vontade de o matar que de estar com elle em razões, tirou logo um cutello comprido e enviou-lhe um golpe à cabeça; porém, não foi a ferida tamanha que d'ella morrera se mais não houvera. Os outros todos, que estavam d'arredor, quando esto viram, lançaram logo a espadas fóra, para lhe dar, e elle, movendo para se acolher á camara da rainha, com aquella ferida, e Ruy Pereira, que era mais acerca, metteu entonce um estoque d'armas por elle, de que logo cahiu em terra morto. Os outros quizeram-lhe dar mais feridas, e o Mestre disse que estivessem quedos, e nenhum foi ousado de

---

21 *A Cronica de D. João I* de Fernão Lopes. 1897, cap. I, volume I, p. 17.

lhe mais dar.<sup>22</sup>

O cronista enfatiza que o Conde não morreu com o golpe do Mestre, e ainda aponta o caráter misericordioso deste, ao impedir que os outros continuassem com os golpes contra João Fernandes e ao pedir perdão à Rainha por ter matado o Conde nos aposentos dela. A morte do Conde foi por merecimento, uma justiça, o Mestre defendeu a honra do seu irmão, fez o que era certo, segundo Fernão Lopes. Nas narrações, D. João I foi escolhido para essa missão porque era corajoso, temente a Deus e um excelente cavaleiro.

A crônica foi construída numa sequência lógica de acontecimentos que indicavam o Mestre de Avis como a solução para Portugal. Após a morte do Conde João Fernandes, o autor da crônica apresenta as questões da invasão de Castela em Portugal e nesse caso, o Mestre era o corajoso que havia matado por honra e justiça, o amante da Rainha Leonor e que ajudaria na defesa do reino português.

Andando o povo assim alevantado, posto em trabalho de falar em tão grandes dúvidas, e, vendo no Mestre tanta auctoridade que pera os defender era pertencente, ardiam todos com cubiça de o vêr por senhor; e falando uns com os outros diziam: “Que estamos fazendo? Tomemos este homem por defender, ca sua discrição e fortaleza é tanta que bastará pera empaxar todos os perigos que nos avir podem.”

Entonce chegaram a elle, pedindo-lhe por mercê que os não quisesse desamparar, leixando a elles e ao reino todo, que com tanto trabalho fôra ganhado pelos reis d'onde elle vinha, em poder de castellãos; ca elles bem certos eram que el-rei de Castella era á pressa poderosamente, era por força de se assenhorear d'elle, se não tivesse quem o defender, e elles todos os postos em mesquinha e refece sujeição. E que porém lhe pediam por mercê que se não quisesse partir, mas que ficasse na cidade, ca elles o queriam tomar por senhor, que os regesse e mandasse em toda cousa.<sup>23</sup>

Os acontecimentos levaram o Mestre a se tornar Regente que, segundo Fernão Lopes, o povo o escolheu devido a sua virtude. É interessante observar a

---

22 Ibidem, cap. X, p. 43.

23 Ibidem, cap. X XI, pp. 70 e 71.

narração que diz que D. João I não tinha interesse no reino e que apenas obedeceu a vontade do povo, o autor da crônica o descreve como um homem virtuoso que fazia tudo pelo bem-estar do povo.

Não curando muito d'algumas razões que escriptas achamos em este logar, somente d'esta que razoada parece, diremos brevemente por nos espedir, a qual é que o Mestre, quando tomou cargo de regedor e defensor do reino, não embargando as razões que ouvistes, que lhe dissera Frei João da Barroca, sua tenção porém não foi de reinar, mas por tal que sua fama crescesse de bem em melhor: des-ahi doendo-se da terra, de hu era natural, e havendo amadosa piedade do commum povo que o tanto aficava, tomou tal cargo e não d'outra guisa, esperando que o infante D. João seu irmão houvesse azo por alguma maneira de ser livre da prisão e solto, e vindo ao reino o podesse cobrar e ser senhor d'elle, como alguns diziam, a qual cousa seria a elle grande honra e façanha muito de louvar, e que lhe todo o mundo teria a grão bem.<sup>24</sup>

Essa citação demonstra como a relação indivíduo e sociedade estão interligadas. Segundo, Fernão Lopes, o Mestre não queria ser regente, porém, nesse caso, o desejo do coletivo o levou a aceitar tal cargo. De fato, o cronista enfatiza muito a aceitação de D. João I pela sociedade portuguesa, demonstrando que o período que Fernão Lopes escreveu a crônica, foi baseado na autoafirmação do filho bastardo do Rei D. Pedro na conjuntura da revolução de Avis.

O autor da crônica também relata D. João I, enquanto Regente, como um estrategista de guerra, visto que buscou aliados para a guerra contra Castela, como por exemplo, o apoio da Inglaterra e os empréstimos realizados por fidalgos portugueses e judeus para custear a batalha, em troca receberiam terras e benefícios do Regente, caso, Portugal ganhasse a guerra, por essa razão, também o apoiaram para o cargo de Rei em Portugal.

Entendendo todos que lhe convinha por serem livres de tal sujeição de acorrer a tamanha necessidade como esta, ordenaram de dar ajuda, e fazer serviço ao Mestre d'alguns

---

24 Ibidem, cap. X XIX, p. 91.

dinheiros, e prometeu-lhe a cidade cem mil libras em serviço, que eram mil dobras, e que pagavam os mouros e os judeus moradores em ella, as quaes lhe foram pagadas em dinheiros meudos e moeda branca e em prata. Moeda branca chamavam entonce graves e barbudas e pilartes. E estes dinheiros tiravam á pressa certas pessoas pelas freguezias e era mandado que qualquer que levasse moeda da cidade para fora que a perdesse toda, e ouvesse o quinto o que a tomasse, e filhavam-na a alguns que a levavam escondidamente e entregavam-na ao Mestre. Além d'esto pediu o Mestre a algumas pessoas da cidade e de seu termo que entendeu que o podiam fazer, certos dinheiros emprestados, e todos lhe offereceram de boa vontade qualquer cousa com que o ajudar podiam.

E a communa dos judeus afora o que lhe pagaram no serviço lhe emprestaram setenta marcos de prata. E emprestou-lhes mais a clerezia em cruces e calices e outros labores aquella prata que escusar podiam. Em guiza que a egreja cathedral da Sé com vinte egrejas que ha na cidade lhe prefizeram duzentos e oitenta e sete e as outras egrejas segundo que a cada um tinha escuzada.<sup>25</sup>

Essa situação demonstra a adesão da sociedade em favor do Mestre e o seu poder de convencimento e o de criar alianças. Ele também ajudou portugueses que tinham dívidas com Castela, os libertando de seus devedores, ganhando assim, a admiração e o respeito da maioria da sociedade portuguesa.

Como toda representação de uma pessoa dita importante na história, o Regente tem um leal conselheiro ao seu lado, chamado Nuno Álvares, o cronista narrou informações de aconselhamento de D. João I com ele. De acordo com a crônica, Nuno Álvares possui um diferencial importante para a ascensão da dinastia de Avis em Portugal.

O Mestre não curou dos que o contradiziam, e faltou isso com Nuno Álvares, e encommendou-lhe tal negócio com todas as boas razões de esforço e encommenda, que se em tal feito cumpria dizer. E elle sem nenhuma cobiça de honra nem de ganho, mas somente por serviço de seu senhor, e defensor da terra, d'onde era natural, recebeu sua encommenda, que, se

---

25 Ibidem, cap. X LIX, pp. 146 e 147.

em tal feito compria dizer.

E elle sem nenhuma cobiça de honra nem de ganho, mas somente por serviço de seu senhor, e defensão da terra, d'onde era natural, recebeu sua encommenda e mandado como aquelle que com limpa vontade tinha desejo em toda cousa que lhe á mão viesse de o servir. Então foi sabido a todos como Nuno Álvares havia de ir por fronteiro d'entre Tejo e Odeana, e elle trabalhou-se de levar comsigo até quarenta escudeiros bons, dos bons que na cidade havia por segurança do Mestre, como alguns escrevem, mas por que se cumprisse seu talante, que foi de haver em sua companhia homens que o fossem por nome e obra; (...).<sup>26</sup>

Essa passagem narra a atitude de obediência de Nuno Álvares ao Mestre, quando esse foi para a fronteira da comarca entre Tejo e Odiana, para defender aquela região e armar estratégias com os homens da comarca contra a invasão de Castela. Nuno Álvares foi protagonista da crônica em diversos capítulos, este era sempre enfatizado por Fernão Lopes, devido a sua força militar e sua lealdade ao Mestre. Como todo governante, era preciso ter um leal escudeiro, como braço direito, no caso de João, o Mestre de Avis, o seu escudeiro foi Nuno Álvares. Autoridades reais são sempre representadas com pessoas leais ao seu lado, onde estes escutam e executam muitos de seus conselhos, já no caso de Nuno Álvares, ele além de ser um conselheiro, foi um grande militar e peça importante para a revolução. Além disso, o cronista faz uma comparação com a cronologia da bíblia, no início do reinado de D. João I, e consegue inserir nessa contagem, o Rei. Fernão Lopes a chama de “sétima idade”, onde iniciou-se o tempo do Mestre na história de Portugal.

Segundo o nosso fallamento, por dar fim ao que começamos, em este passo deveis notar que os que escreveram as deferenças do tempo, assim como Eusebio, de temporibus, e Beda e outros alguns assignaram nomeando seis idades. A primeira de Adão até Noé, que passaram mil e seiscentos e cincoenta e dois annos, na qual se contiveram dez gerações, e perdeu-se toda por dilúvio. E a segunda foi de Noé até Abrahão, cujo espaço foi duzentos e noventa e seis annos, na qual se

---

26 *A Cronica de D. João I* de Fernão Lopes. 1897, cap. LXXXVIII, volume II, p. 50.

contiveram dez gerações. A terceira de Abraão até David, em que foram quatorze gerações, e durou novecentos e quarenta annos. A guerra desde David até o trespassamento da Babylonia, em que houve outras quatorze gerações, e durou tres mil setenta e tres annos. A quinta desde David até a vinda do Salvador, que conteve em si quatorze gerações, e foram os annos d'ella quinhentos e noventa e nove. A sexta, em que ora andamos, que ha quatrocentos e quarenta e tres que dura não tendo certidão por annos na conta de gerações, mas cuidam alguns que terá fim, quando se acabar os segres, a qual dizem passados por esta guisa cinco mil duzentos e noventa e sete. E assim ficam pera se acabar o mundo setecentos e tres annos. Assim que d'outra idade d'esta presente vida nenhum se entremeteu de falar, salvo quando alguns disseram que assim como Deus criara o mundo por espaço de seis dias e no setimo folgara, que assim a folgança das espirituaes almas que no Paraiso haveriam, seriam a setima idade. (...)

Assim que esta idade, que dissemos, que se começou no feito do Mestre, a qual pera era de Cesar porque esta chronica é compilada, ha agora setenta annos, que dura e durará até o fim dos segres, ou quanto Deus quiser, que todos creou.<sup>27</sup>

É utilizado mais de uma vez na crônica, comparações com personagens importantes da bíblia, dessa forma, observa-se um empenho do autor em realizar analogias que causassem um certo impacto para o leitor, a ponto de quem lesse a crônica, acreditasse que o Rei era dotado de inúmeras virtudes. Com essa comparação, Fernão Lopes inicia o período da revolução, o reinado e a ascensão da dinastia de Avis. Quando o Mestre tornou-se Rei, o cronista traçou de forma mais detalhada, o perfil militar de D. João I, nesse caso, a crônica narra com detalhes, a atuação do governante nas cidades portuguesas invadidas por Castela e a sua participação ativa na guerra.

E el-rei chegou mui á pressa com os seus, e começaram de entrar na villa, e quando el-rei entrou deitaram da torre, de cima da porta, uma grande pedra, que veio dar junto com elle.

Os de Lopo Gomes que pouzavam pela villa, de que muitos

---

27 *A Cronica de D. João I* de Fernão Lopes. 1897, cap. CLXIII, volume III, pp. 112, 113 e 114.

ainda jaziam nas camas, quando ouviram aquelle arruido e viram comsigo tantos hospedes não rogados, com som de trombetas começaram de se volver e pôr em armas, trabalhando-se de os receber de má guisa, defendendo as ruas, mui rijamente escudados e armados, e bradando todos:

“-Castella, Castella, não é nada”.

Mas seu appellar e defensão lhes prestou pouco, ca os fecheiros e as outras gentes os fizeram logo retirar atraz, e d'elles matando e outros prendendo, acolheram-se pelos muros ás torres, e d'alli defendiam o melhor que podiam.<sup>28</sup>

A dinastia de Avis também inaugurava uma nova geração de guerreiros e cavaleiros e que mesmo com as vitórias de Portugal nas guerras, o Rei era representado como um homem cheio de compaixão com os seus inimigos. E foi assim até o final da crônica, quando Portugal e Castela entraram num acordo de paz, D. João I foi narrado sempre com ênfase na sua atuação nas batalhas, os seus acordos políticos. Nos períodos de trégua com Castela, Fernão Lopes se dedicava em descrever a biografia e a vida familiar do Rei, assim, a crônica tem por objetivo maior, narrar as decisões políticas e militares do período da guerra com Castela. Tal disputa, perpassa por várias etapas da vida de D. João I, no primeiro momento, ele era Mestre, em seguida, Regente e por último, o Rei de Portugal.

### **Considerações Finais**

Ao escrever a crônica, Fernão Lopes produziu uma memória da dinastia de Avis, gerando uma representação do Rei D. João I, assim, a narração está diretamente ligada com a conjuntura do cronista e com as características medievais que se esperam de um monarca e de uma dinastia.

Pode-se dizer que a representação de D. João I, baseado em Fernão Lopes e condizendo com a memória coletiva de modelo de Rei, consiste na ideia de estratégia militar e de temor a Deus, pois as questões das virtudes cristãs do Rei, ligam-se a base comum de toda a Idade Média, já o seu perfil militar, está

---

28 *A Cronica de D. João I* de Fernão Lopes. 1897, cap. XVII, volume IV, pp. 64 e 65.

basicamente ligada a crônica de D. João I, onde foi narrado a batalha com Castela, fazendo parte do imaginário do cronista.

Essa representação retirada da análise da crônica de Fernão Lopes, diz respeito a representação do contexto social de Fernão Lopes, através da escrita do autor é possível compreender a forma de pensar do autor, visto que o comportamento humano é intencional. Assim, como tarefa, Fernão Lopes tinha a cumprir a representação de uma nova dinastia, essa nova família ascendeu em Portugal e provocou a ruptura do sistema tradicional português. Dessa forma, na crônica de D. João I, além das virtudes cristãs do Rei, Fernão Lopes enfatizou o perfil militar, através de situações de combate entre Portugal e Castela, indo para além do regionalismo português.

## REFERÊNCIAS

### Fontes

*A Cronica de D. João I* de Fernão Lopes. Clássicos Portugueses, director litterario – conselheiro Luciano Cordeiro, proprietário e fundador – Mello D'Azevedo. ESCRITORIO. 147 – rua dos Retrozeiros – 147. Lisboa. 1897.

### Bibliografia

AMADO, Teresa. *Os pensamentos do cronista Fernão Lopes*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2007.

ELIAS, Norbert. *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

\_\_\_\_\_. *O Processo Civilizador - volume 1: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

\_\_\_\_\_. *O Processo Civilizador - volume 2: formação do Estado e Civilização*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

LIMA, Luiz Costa. *Sociedade e Discurso ficcional*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

MALERBA, Jurandir; CARDOSO, Ciro Flamarion. (Orgs.). *Representações: Contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas: SP, Papyrus, 2000.

MARQUES, A. H. de Oliveira. *Fernão Lopes*. In: SERRÃO, Joel (Dir.). *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, 1971.

SARAIVA, Antônio José. *O crepúsculo da idade média em Portugal*. Lisboa: Gradiva, 1998.

SERGIO, Antonio. *Breve Interpretação da História de Portugal*. Livraria Sá da Costa Editora. Lisboa. 1978.

SERRÃO, Joel. *Dicionário da História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, 1971.

\_\_\_\_\_. *O Carácter Social da Revolução de 1383*. Livros Horizonte, Lda. 1976.